

DIÁRIO

SINDICAL

# Sindicato paga dívida milionária a bancários

Quase dois mil funcionários da extinta Nossa Caixa, Nosso Banco vão receber R\$ 100 milhões

## Guarulhos Bens da MTP foram confiscados

A 10ª Vara do Trabalho de Guarulhos determinou, na última segunda-feira, o arresto de bens da empresa MTP. Segundo Marcillo Penachioni, advogado do sindicato, com essa decisão agora "nem mesmo um parafuso pode sair das duas plantas da MTP". A ação aconteceu após a empresa ter demitido 770 trabalhadores em janeiro e não ter pago verbas rescisórias. Na tarde de terça-feira, cerca de 150 ex-funcionários se reuniram em frente à fábrica para comemorar a decisão.



## Taubaté Volkswagen se prepara para layoff

A Volkswagen de Taubaté deve suspender os contratos de trabalho de 250 funcionários a partir do próximo dia 17. A informação é do Sindicato dos Metalúrgicos e já foi repassada aos trabalhadores. Segundo a entidade, as suspensões temporárias devem afetar trabalhadores de diversos setores, dos dois turnos de produção (foto), e podem se estender por até cinco meses. Ainda de acordo com o sindicato, a Volks alegou que a medida serve para adequar a produção à demanda do mercado.



## São Paulo Engenheiros aprovam mobilização

Em assembleia realizada ontem (foto), os engenheiros da Prefeitura de São Paulo aprovaram um novo cronograma de mobilização. Esse calendário visa pressionar o Executivo municipal a enviar o projeto de lei de carreira própria para a categoria. De acordo com a proposta aprovada, um ato foi marcado para o próximo dia 25 e uma nova assembleia está marcada para o dia 31, onde deve ser decidido um indicativo de greve para começar no dia 1º de abril.

Terminou ontem, após mais de 24 anos, a saga de 1.976 bancários da extinta Nossa Caixa, Nosso Banco. O Banco do Brasil, que comprou a instituição financeira do governo paulista em 2008, homologou o pagamento de R\$ 100 milhões a título de indenização aos trabalhadores. Todos tinham duas horas extras pré-contratadas na carteira de trabalho, mas não receberam os valores devidos entre outubro de 1986 e junho de 1990.

O acordo, aprovado pelos trabalhadores em assembleia realizada no dia 11 de dezembro de 2014, foi confirmado pela juíza Camille Macedo, reconhecendo a representatividade do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região, em audiência ocorrida em 20 de fevereiro.

"O sindicato fez seu papel ao longo de mais de duas décadas de processo e de negociações com o banco. Creio expectativas dos trabalhadores", afirmou ontem a diretora executiva do sindicato, Raquel Kacelnikas.

"Foram anos de recursos em que o banco protelou o pagamento da dívida com seus empregados e agora conseguimos garantir o justo ressarcimento do que é direito dos bancários", completou a presidente do sindicato, Juvandira Moreira.

Os pagamentos começaram a ser feitos aos vencedores da ação na quadra do sindicato na terça-feira. A expectativa era de que esse processo terminasse ontem à noite. Foram ex-



Bancários durante assembleia para ratificar a proposta feita pelo Banco do Brasil

cluídos pela Justiça, durante o andamento do processo, os trabalhadores que já eram comissionados – ou seja, já recebiam pelas horas a mais –, e aqueles que faziam efetivamente seis horas, que tiveram o contrato de trabalho suspenso ou que já tinham quitado o contrato de trabalho por transação judicial.

Caso algum trabalhador tenha dúvida se tem direito aos valores ou não tenha comparecido ao sindicato na

terça-feira ou ontem, deve apresentar RG, CPF, Carteira Profissional e, se tiver, holerite onde conste a matrícula funcional à época em que trabalhava no banco. No caso de cônjuge que mudou o nome, deve ser apresentada ainda certidão com a alteração. Os advogados do sindicato estão aptos a dar esclarecimentos mais detalhados. Os herdeiros devem agendar atendimento para plantão jurídico no telefone 3188-5200.

## São Carlos Agentes de limpeza decidem manter paralisação

Os cerca de 300 trabalhadores da empresa De Mundi Manutenção e Serviços de Limpeza, responsável pela limpeza do campus da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), decidiram ontem manter a greve. O movimento tenta chamar a atenção das autoridades para a falta de pagamento de salários que, segundo o presidente do Siemaco (Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio, Conservação e Trabalho de Limpeza Urbana de Araraquara, São Carlos, Matão e Região), Pedro Alves, deveria ter acontecido na última sexta-feira. A universidade informou ter notificado, que alegou não ter qualquer atraso nos pagamentos. A instituição afirmou que os valores repassados a De Mundi estão sendo realizados de maneira antecipada, mesmo com dificuldade em receber a documentação que comprova o cumprimento das obrigações dos trabalhadores. No começo de fevereiro, os agentes de limpeza já haviam feito uma greve de um dia pelo atraso no depósito da remuneração mensal. Na



Funcionários da UFSCar estão parados

ocasião, a De Mundi disse que todos os salários foram pagos dois dias após o prazo porque a universidade teria atrasado o repasse. A UFSCar respondeu, à época, que o atraso aconteceu porque a empresa terceirizada não apresentou os documentos que comprovassem o recolhimento do fundo de garantia e do INSS de todos os funcionários.

## Brasília Metalúrgicos fazem vigília contra MPs

Miguel Torres, presidente da Força Sindical e do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Carlos Lacerda, secretário de relações parlamentares da CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos), organizaram mais uma mobilização no Congresso Nacional, em Brasília, contra as Medidas Provisórias do governo federal que alteram e dificultam o acesso dos trabalhadores ao seguro-desemprego e a outros benefícios. Junto com outros sindicalistas, eles fizeram uma vigília na Câmara e no Senado e conversaram com parlamentares sobre a necessidade de derrubar as MPs.

## Bauru Sindicato teme congelamento de salários

A diretoria do Sinserm (Sindicato dos Servidores Municipais de Bauru) reagiu, ontem, à notícia de um provável congelamento nos salários dos sete mil funcionários da prefeitura. Os representantes da categoria cogitam paralisação se o governo municipal não repassar a correção da inflação à remuneração dos trabalhadores. "O clima de insatisfação é generalizado. Muitos servidores sinalizaram que estão dispostos a parar", disse Valdecir Rosa, diretor do Sinserm.